

Gestão de um Plano Nacional de Astronomia

Proposta

Albert Bruch

Laboratório Nacional de Astrofísica

21 de dezembro de 2009

A elaboração da proposta para um Plano Nacional de Astronomia – PNA pela Comissão Especial de Astronomia – CEA, e a subsequente homologação e implementação do PNA pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia só poderá ser o primeiro passo para a gestão abrangente e de longo prazo, em nível nacional, da astronomia brasileira. Sem acompanhamento e supervisão da execução do PNA o mesmo correrá o risco de não atingir a desejada eficácia. Portanto, precisa-se criar mecanismos para assegurar que

- A existência do PNA seja conhecido e sua importância seja reconhecido por todos os agentes com atuação direta ou indireta na astronomia brasileira;
- O PNA seja observado como instrumento principal para nortear o desenvolvimento da astronomia brasileira, independente dos atuais ou futuros decisórios políticos, seja dentro da comunidade astronômica, nos governos federais ou estaduais, ou nas agências financiadoras;
- O PNA não permanece um plano estático mas que ele seja constantemente atualizado conforme as mudanças no ambiente interno e externo da astronomia brasileira e adaptado à novas realidades;
- A implementação das ações e medidas previstas no PNA ocorre de forma coordenada e equilibrada

Os mecanismos de gestão do PNA deverão contemplar os agentes principais que de um lado determinam as condições de contorno para o desenvolvimento da astronomia no país, e do outro lado atuam diretamente na astronomia, seja na pesquisa, no ensino ou na divulgação pública. Identificamos aqui três categorias de agentes:

1. Os decisórios políticos propriamente ditos; a dizer aqueles em posições para tomar decisões políticas de alto nível, seja, p.ex., na decisão sobre a implementação de projetos de grande envergadura, seja na definição de condições de contorno gerais para a pesquisa e o ensino no âmbito nacional;
2. Os financiadores da pesquisa científica no país, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito nacional;
3. Os cientistas, pesquisadores e professores, da comunidade astronômica.

Apresentamos a seguir uma proposta concreta para a implementação de mecanismos de gestão do PNA através da criação de um órgão permanente que age como Comitê Gestor para o PNA.

As seguintes premissas regem a proposta: Os mecanismos de planejamento e coordenação:

- a) Devem ter agilidade para permitir eficácia e eficiência, considerando a realidade e estruturação da astronomia brasileira;
- b) Devem levar em conta os interesses de todas as áreas de astronomia presentes na comunidade nacional¹;
- c) Devem tratar em pé de igualdade todos os agentes da astronomia profissional brasileira;

¹ Isso não impede que sejam definidas áreas prioritárias para o desenvolvimento da astronomia brasileira, uma vez que consideramos inviável que o Brasil desenvolva igualmente as numerosas sub-áreas da astronomia.

- d) Não devem interferir com a autonomia organizacional, administrativa e financeira das instituições com atividades em astronomia;
- e) Devem permanecer, dentro do possível, independente de pessoas individuais mas devem se apoiar nas instituições representadas pelas pessoas que atuam no contexto dos mecanismos.

Propomos a criação de um único órgão de planejamento e coordenação da astronomia nacional (doravante chamado provisoriamente de “Conselho Nacional de Astronomia – CNA”). A CNA irá agir como representação política da comunidade astronômica nacional. Desta forma, complementa a Sociedade Astronômica Brasileira – SAB que permanece como representação científica, levando em conta que a SAB não tem tradição e nem a estrutura para agir eficazmente na arena política.

Considerando que o PNA está sendo elaborado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNA deverá ser lotado no MCT. Seus membros deverão ser indicados pelos órgãos e entidades a serem especificados a seguir, e nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

São três itens que irão definir a atuação do CNA: (1) a composição, (2) as atribuições e (3) os procedimentos.

Composição:

Conforme a premissa e) formulada acima, os membros do CNA sempre devem representar instituições ou órgãos; ou seja, o CNA não deve ser composto por pessoas de mérito mas sem vínculo institucional na sua função no CNA. Desta forma, sugere-se como composição do CNA, conforme as categorias acima identificadas:

1. Decisórios políticos

1.1. Um representante do MCT

Consideramos importante à participação no CNA de uma pessoa de peso, não necessariamente astrônomo, como elo entre a comunidade astronômica e a alta cúpula do MCT. O representante ideal seria o Secretário Executivo que já é responsável dentro do MCT pelas Unidades de Pesquisa – UPs em geral e, portanto, também pelas Unidades com atuação em astronomia. Em virtude da devida agilidade do CNA, levando em conta as numerosas outras funções importantes inerentes ao cargo do Secretário Executivo, ele poderá delegar muitas das suas atribuições como membro do Conselho, p.ex., ao Subsecretário das Unidades de Pesquisas ou outra pessoa da sua confiança.

1.2. Um representante do MEC

As universidades têm grande importância na astronomia brasileira. Portanto, faz sentido a participação do MEC no Conselho. Cabe ao MEC decidir se aceite ou não um convite para participação direta no CNA ou se considera sua participação através sua principal agência financiadora para a área, a CAPES (veja item 2.2) como suficiente.

2. Agências financiadoras

2.1. Um representante do CNPq

O CNPq é fundamental para financiar a astronomia brasileira não apenas através de grandes projetos, mas principalmente através da concessão de bolsas e de auxílios. O constante diálogo com o CNPq e, portanto, sua presença no CNA, facilita o planejamento da área

2.2. Um representante do CAPES

O papel do CAPES no âmbito do MEC é semelhante ao do CNPq no MCT.

2.3. Um representante da FINEP

Como financiadora de projetos a FINEP pode ter um papel importante na implementação de novos projetos astronômicos de maior porte. Portanto, precisa ser envolvido no processo de planejamento da área.

2.4. Um representante das Fundações de Amparo à Pesquisa

As Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais também têm um papel fundamental no financiamento da astronomia no país. Não é conveniente que todos esses órgãos tenham assento no CNA, sendo que o número de membros do CNA deverá ser limitado para garantir a devida agilidade. Portanto, sugere-se que as FAPs sejam representadas no CNA por um representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP.

3. Comunidade astronômica

3.1. Um representante da Sociedade Astronômica Brasileira

Cabe à SAB indicar seu representante no CNA. Pode ser, p.ex., o próprio Presidente ou outro astrônomo escolhido pela Assembléia da SAB.

3.2. Um representante de cada uma das UPs/MCT atuando na área de astronomia

Cada UP deverá definir seus próprios procedimentos para indicar seu representante.

3.3. Representantes das instituições universitárias atuando na área de astronomia

Em virtude do bom funcionamento do CNA o número dos seus membros precisa ficar limitado. Portanto, não será viável a representação de todos os grupos atuando na astronomia nas instituições universitárias, muitos deles compostos de um número pequeno de pesquisadores. Essa complicação torne necessária a elaboração de uma fórmula para selecionar as instituições a serem representadas no CNA. Certamente, isso ainda irá requerer uma discussão mais aprofundada na comunidade. Considerando a distribuição geográfica da astronomia brasileira e a representatividade regional sugere-se aqui como ponto de partida para essa discussão o seguinte esquema:

- Dois representantes das instituições universitárias da Região Sul
- Três representantes das instituições universitárias da Região Sudeste
- Dois representantes das instituições universitárias das Regiões Centro-oeste, Sudeste e Nordeste

Para garantir que todas as instituições poderão ativamente participar do CNA um esquema de rotação pode ser estabelecido sendo que grandes institutos como, p.ex., o IAG/USP poderão manter uma representação permanente no CNA. Como no caso das UPs, cabe às diversas instituições definir a forma de escolher seu representante.

3.4. Um representante de cada Instituto Nacional de C&T atuando na astronomia

Isso evidentemente, limitado ao tempo em que o Instituto Nacional existe.

3.5. Um representante da Associação Brasileira de Planetários

Considerando a importância da divulgação pública para a aceitação da astronomia na sociedade e o papel fundamental dos planetários como meio de transferência de conhecimento nesse contexto a participação da Associação Brasileira de Planetários (como mais importante órgão representando numerosas entidades atuando na divulgação de astronomia) é justificada.

Como alternativa para os procedimentos da indicação dos representantes das diversas instituições e órgãos conforme proposta acima, e com o intuito de fortalecer a representação institucional no CNA conforme premissa e), poderá se contemplar ainda uma indicação mais genérica dos membros: Membro do conselho não é o pesquisador X, mas os órgãos ou as instituições listadas, sendo que os mesmos delegam suas funções para uma pessoa física da sua escolha. Desta forma, o caráter institucional da composição do CNA fica mais claro: Membro do conselho não é a pessoa física, mas o órgão ou a instituição representada pela pessoa física.

Levando em conta ainda que o Presidente do CNA tem um papel importante para dirigir os trabalhos do Conselho, sua imparcialidade é fundamental. Por isso, seria conveniente que um dos membros não-astrônomo da comissão exerça essa função, p.ex., o representante do MCT.

A falta de perícia na área poderá ser compensada pela delegação de muitas funções gerenciais da comissão para um astrônomo de confiança do Presidente.

Atribuições

No que se refere às atribuições do CNA, existe o desafio de achar um compromisso entre, de um lado, a necessidade de atribuir ao CNA um certo poder e influência sem o qual não vale a pena instaurar o Conselho e, do outro lado, a preservação da autonomia organizacional, administrativa e financeira das instituições atuando na astronomia conforme mencionado como premissa. Consequentemente, não consideramos completa a seguinte lista de atribuições para o CNA. Para manter a devida flexibilidade formula-se as atribuições de forma bastante genérica sem entrar em detalhes operacionais. Desta forma, é atribuição da CEA:

- Zelar pela implementação, realização e atualização do Plano Nacional de Astronomia;
- Agir proativamente para promover o desenvolvimento contínuo da astronomia brasileira;
- Elaborar um quadro da situação atual da astronomia brasileira e manter o mesmo atualizado;
- Definir prioridades para o desenvolvimento da astronomia brasileira em consonância com o PNA;
- Promover estudos e supervisionar a implementação de medidas concretas que visam ao desenvolvimento da astronomia brasileira, tais como, p.ex.:
 - Novas participações em projetos internacionais de grande porte;
 - Desenvolvimento de novos projetos nacionais de grande porte;
 - Implementação de medidas estratégicas para melhorar as condições para o desenvolvimento da astronomia brasileira (novas linhas de fomento; fixação de pessoal; etc.);
- Emitir laudos sobre propostas para implementação de projetos de grande porte que tem implicações para toda a comunidade (por causa da envergadura financeira ou por outros motivos)²;
- Assessorar o MCT e as agências de fomento na tomada de decisões sobre grandes projetos e sobre o dimensionamento da astronomia brasileira;
- Acompanhar a execução de projetos de grande porte e emitir opiniões sobre a mesma;
- Agir, conjuntamente com a SAB, nacional e internacionalmente como porta-voz da astronomia brasileira;
- Promover a articulação com o MCT e as agências de fomento para financiar medidas visadas ao desenvolvimento da astronomia brasileira;

Para evitar mal entendimentos vale a pena especificar alguns itens que NÃO deverão ser atribuições do CNA:

- Exercer funções dos Conselhos Técnico-Científicos das UPs/MCT ou e órgãos equivalentes nas universidades;
- Duplicar esforços já feitos por outros órgãos (mas pode eventualmente substituir outros órgãos nas suas funções, se for conveniente; p.ex., a Comissão Nacional de Astronomia, atualmente lotada na SAB);
- Interferir com, opinar sobre e emitir recomendações referentes assuntos orçamentárias e financeiras das instituições.

Procedimentos:

Não convém detalhar nessa proposta os procedimentos do CNA. Em grande parte, o próprio Conselho deverá definir os mesmos. Porém, é importante que os procedimentos garantam a

2

Precisa-se definir o que é considerado um projeto de grande porte

devida agilidade do CNA. Para isso, o CNA precisa de uma estrutura de apoio, tipo “Secretária Executiva”, que cuida dos assuntos organizacionais e fica responsável pela implementação das decisões tomadas pelo plenário do CNA. É óbvio que o CNA deverá ter liberdade para formar Grupos de Trabalho (com seus próprios membros e/ou com membros externos) para tratar de assuntos específicos. No exercício de muitas das suas atribuições (ou partes delas) não há necessidade da participação direta dos membros que não são astrônomos.